

Arquivo Petrobras



Prefeitos vêm a Brasília pedir melhor divisão dos tributos

A 11ª marcha dos prefeitos começa hoje em Brasília em busca de mais recursos para os municípios. Este ano, a reforma tributária e propostas para viabilizar pagamento de precatórios e reforçar o orçamento da saúde estão entre as prioridades. Garibaldi participa do evento. **Página 2**

Corrupção impede o crescimento, adverte Alvaro Dias

Para senador, corrupção deve entrar em lista de estudo que inclui burocracia, falta de infraestrutura, baixa escolaridade e carga tributária excessiva como entraves ao desenvolvimento do país. **Página 7**

João Pedro sugere dendê na economia da Amazônia

Utilizado para a produção de biodiesel, o dendê é apontado por senador como opção para que região demonstre ao mundo o compromisso com o desenvolvimento sustentável. **Página 8**

Dilma adia depoimento. Marisa pode deixar CPI

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, só prestará depoimento à Comissão de Infra-Estrutura do Senado depois do dia 29, segundo anunciou ontem Romero Jucá. A CPI Mista dos Cartões Corporativos – que ontem recebeu novos documentos – pode ter hoje um dia decisivo. Marisa Serrano disse que deixará a presidência da CPI se todos os requerimentos em votação forem rejeitados. **Página 3**

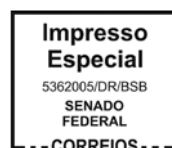
A Comissão de Assuntos Econômicos debate hoje os critérios técnicos para repartição de royalties provenientes da exploração de petróleo no país. A audiência com especialistas, entre eles o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima, vai abordar a possibilidade de redução das desigualdades regionais na distribuição de recursos dos royalties e critérios para definição das áreas das bacias de exploração. **Página 4**

Líderes procuram acordo que permita votações em Plenário

A desobstrução da pauta de votações do Senado é o tema da reunião de líderes que ocorre hoje, às 16h, na Presidência do Senado. Seis medidas provisórias (MPs) com prazo de votação esgotado têm que ser examinadas antes de qualquer outra das

73 matérias que constam da pauta do Plenário.

Quatro das MPs abrem créditos para a Justiça Federal, ministérios e órgãos do Executivo como forma de ajustar o Orçamento aos gastos do governo. **Página 4**



Genildo Magela

Chegam à CPI mais 348 caixas de documentos relativos a gastos com cartões

Dirigentes municipais esperam que a Câmara confirme o texto do projeto que regulamenta recursos para a saúde

Geraldino Margela



Garibaldi estará na abertura da manifestação em defesa de mais verbas para as cidades

Garibaldi participa hoje da 11ª marcha de prefeitos a Brasília

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa hoje da 11ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, evento em que os prefeitos brasileiros cobram a aprovação de proposições que assegurem mais recursos às suas cidades. Entre essas matérias, está a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) que define nova regra para o pagamento de precatórios – dívidas decorrentes de sentenças judiciais.

Comemorando a aprovação, pelo Senado, do projeto que regulamenta a Emenda Constitucional 29, que vincula recursos da União, estados e municípios à saúde, os prefeitos vão utilizar o evento para pressionar a Câmara dos Deputados a confirmar o texto votado pelos senadores. A medida deve garantir ao orçamento da saúde pública um reforço de R\$ 23 bilhões.

A marcha, que tem início hoje,

se encerra quinta-feira, no auditório do Brasília Alvorada Hotel. Entre os temas a serem debatidos pelo movimento, está a reforma tributária enviada pelo governo ao Congresso Nacional. O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, discursará sobre o assunto, abordando os ganhos e as perdas que a proposta trará para as prefeituras.

Nesse evento, deverão ser discutidos também o balanço do primeiro ano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e seus impactos sobre os municípios. Além dos debates das questões municipalistas, haverá homenagens aos municípios que conseguiram alcançar os melhores Índices de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS) nos últimos anos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Congresso comemora 200 anos do Judiciário

O Congresso Nacional comemora, às 10h, o bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil. Durante a sessão solene, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, será condecorada com a Ordem do Congresso Nacional. Às 14h, realiza-se a sessão deliberativa. Cinco medidas provisórias (MPs) e um projeto de lei de conversão (PLV) trancam a pauta de votações. Às 15h, senadores recebem em Plenário visita da presidente da Índia, Pratibha Devisingh Patil.

Presidência

Às 9h, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa da abertura da marcha em defesa dos municípios; às 10h, preside a sessão solene do Congresso Nacional; às 15h, no Plenário, recebe a presidente da Índia, Pratibha Patil; e às 16h, na Presidência do Senado, reúne-se com os líderes partidários.

Risco Ambiental

Os senadores da Comissão Temporária Externa sobre Risco Ambiental se reúnem às 15h para deliberar sobre o plano de trabalho.

Indicação para diretor da ANTT

A indicação de Mário Rodrigues Júnior para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) será analisada, a partir das 14h, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Estão ainda na pauta nove projetos de lei.

CMA decide sobre convocação de Dilma Rousseff

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) examina, às 11h30, uma pauta com 16 itens, entre eles requerimento de convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para prestar esclarecimentos a respeito de denúncia de suposto

dossiê sobre gastos com cartões corporativos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Após essa reunião, a subcomissão temporária encarregada de acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água, define seu roteiro de trabalho.

Cartões corporativos

A partir das 9h30, os integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos votam requerimentos.

CPI das ONGs

A Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais ouve, às 11h, o chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação, Cornélio Farias Pimentel.

Frequência mínima no ensino superior

Às 11h, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa o projeto que altera o Estatuto do Índio para reservar vagas aos índigenas em concursos públicos. Entre os 19 itens em pauta, três propõem alterações na Lei de Diretrizes e

Bases da Educação, com o objetivo de definir, no ensino superior, a frequência mínima exigida para aprovação e fixar o ano letivo em 200 dias de aula, e, no ensino médio, incluir Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias.

Repartição de royalties do petróleo e gás em debate na CAE

Os critérios de repartição dos royalties provenientes da exploração de petróleo e gás são o tema de audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h. Foram convidados para o debate o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes; o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

(ANP), Haroldo Lima; e o diretor de exploração e produção da Petrobras, Guilherme de Oliveira Estrella. Após, os senadores devem analisar pauta de dez itens, entre os quais projeto de lei (PLC 27/08) que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai – projeto do sacoleiro.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias, Mão Santa e Mário Couto

Marisa Serrano admite renunciar à presidência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito se todos os requerimentos forem rejeitados na reunião de hoje

Futuro da CPI dos Cartões pode ser definido hoje

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos reúne-se hoje para votar requerimentos. A reunião deve definir os rumos da comissão, uma vez que, na quinta-feira passada, foi ouvido o último dos convidados cuja presença havia sido requisitada pelos membros da CPI.

A presidente da comissão, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), voltou a afirmar que pode deixar o comando da CPI caso requerimentos relevantes para as investigações não sejam aprovados. Nesse caso, a parlamentar pretende apenas marcar data para a votação do relatório final do colegiado.

Na última semana, porém, o relator da comissão, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), disse em entrevista que as reuniões devem continuar e que novos requerimentos de audiências podem ser aprovados hoje. A reunião da comissão mista terá início às 9h30.

CPI exclusiva

Não há previsão de quando começará a funcionar a comissão

parlamentar de inquérito (CPI) do Senado que também investigará denúncias de irregularidades no uso de cartões corporativos. A Comissão Diretora aguarda a indicação, pelos partidos, dos membros do novo colegiado.

De acordo com a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, dois partidos chegaram a indicar os participantes – PMDB e DEM. Mas as indicações terão de ser refeitas, uma vez que havia nomes de parlamentares que já participam de outras CPIs. Segundo esclareceu Cláudia Lyra, cada senador pode fazer parte de apenas duas comissões parlamentares de inquérito – em uma como titular, na outra como suplente. De acordo com as normas regimentais, as comissões mistas, onde também atuam deputados, não entram nessa conta.

A liderança do PSDB informou na manhã de ontem que não tem ainda o nome dos senadores que serão indicados para compor a CPI nem tem previsão de quando esses nomes serão divulgados.



Segundo Jucá, compromissos impedem que a ministra seja ouvida antes

Dilma Rousseff só virá ao Senado depois do dia 29

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou ontem que a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, só virá à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que a convocou para prestar esclarecimentos sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), depois do dia 29 de abril.

Segundo Jucá, a ministra não poderá comparecer antes em função de compromissos familiares e profissionais. Na próxima sexta-feira, sua filha casa-se em Porto Alegre e, na próxima semana, irá ao Japão. Além disso, a ministra ainda aguarda a atualização dos dados sobre o PAC para repassar aos senadores.

Jucá informou ter conversado com o presidente da comissão, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), sobre os compromissos da ministra, e recebeu a promessa de uma data apropriada para a ministra ser agendada. De acordo com o requerimento de convocação, Dilma deverá também prestar esclarecimentos sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA).

Alguns senadores querem que a ministra fale sobre os gastos do governo com cartões corporativos. No entanto, todos os requerimentos com essa finalidade foram rejeitados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos. Na própria CI, chegou a ser aprovada a proposta de Marconi Perillo com esse objetivo, mas o senador a retirou devido aos protestos de parlamentares governistas.

Requerimentos com o mesmo propósito serão votados hoje pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e, amanhã, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Comissão recebe mais 348 caixas de dados sobre pagamentos

A Secretaria da CPI Mista dos Cartões recebeu, ontem à tarde, mais 348 caixas de documentos relativos a gastos realizados por 20 órgãos do governo federal com cartões corporativos e contas tipo B. A primeira remessa, de 72 caixas, foi recebida há 15 dias.

As caixas foram transportadas em dois caminhões-baú do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Entre os órgãos que enviaram documentos estão o Ministério dos Transportes, com 28 caixas sobre gastos da Valec Engenharia,

Construções e Ferrovias S/A, empresa responsável pelas obras da Ferrovia Norte-Sul; o Ministério da Defesa, com 65 caixas; a Radiobrás, com 24 caixas; o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com 23 caixas; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com 16 caixas cada; o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com 14 caixas; e a Advocacia Geral da União (AGU), com 10 caixas.



Entre as informações estão gastos referentes à construção da Ferrovia Norte-Sul

Cronologia das investigações sobre cartões corporativos

11 de março

CPI mista dos Cartões Corporativos inicia trabalhos e discute quebra de sigilo de gastos da Presidência da República.

22 de março

Revista *Veja* traz detalhes de despesas feitas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e sua esposa, Ruth Cardoso, entre 1998 e 2001. De acordo com a reportagem, os dados constariam de um dossiê que visaria intimidar a oposição.

28 de março

Erenice Guerra, assessora da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, é identificada, em reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, como responsável pela elaboração do documento de 13 páginas. A ministra nega a existência de um dossiê, mas confirma a elaboração de um banco de dados.

2 de abril

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) admite ter tido acesso ao dossiê depois de o jornalista Ricardo Noblat haver revelado a informação. Senadores da

base de apoio ao governo cobram do tucano a revelação de quem lhe entregou o documento. Alvaro Dias se recusa a fazê-lo e considera o vazamento o verdadeiro crime.

3 de abril

Requerimentos para que Erenice e Dilma compareçam para depor na CPI Mista sobre o assunto são rejeitados com votos da maioria governista. Insatisfeita com a comissão, oposição decide pedir outra CPI, apenas com senadores.

7 de abril

Governo sugere que vazamento de informações pode ter sido feito por funcionário da Presidência ligado à oposição. Polícia Federal começa investigação sobre o caso e, no dia seguinte, apreende sete computadores na Casa Civil.

8 de abril

Presidente do Senado, Garibaldi Alves, lê requerimento da oposição que pede criação de nova CPI para investigar os cartões corporativos composta exclusivamente por senadores.

Líderes discutem a desobstrução da ordem do dia

Líderes partidários reúnem-se no gabinete da Presidência do Senado hoje, às 16h, para tentar negociar a desobstrução da pauta. Seis medidas provisórias com prioridade de votação encabeçam a ordem do dia. Na seqüência, há uma relação de outras 73 matérias.

As MPs 405, 406, 408 e 409, todas do ano passado, abrem créditos extraordinários para ministérios e órgãos do governo federal e fazem parte de um acerto orçamentário feito no ano passado. A MP 407 autoriza a prorrogação, em caráter excepcional e até 31 de julho de 2009,

de contratos temporários de profissionais que desenvolvem atividades técnicas especializadas em projetos de cooperação assinados com organismos internacionais.

Já o PLV 7/08, proveniente da MP 385/07, dá novo prazo para trabalhadores rurais empregados e autônomos requererem

aposentadoria por idade. Pela proposta, o novo prazo é 31 de dezembro de 2010. A prorrogação desse prazo está prevista na Lei 11.368/06, que o estende apenas até 24 de julho de 2008. A mesma lei também se refere apenas aos trabalhadores rurais empregados.

Legisladores debatem nos EUA mudança climática

No momento em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) alerta para o perigo das alterações no clima em relação à proliferação de epidemias, especialmente nos países subdesenvolvidos, legisladores de todo o mundo reúnem-se em Washington (EUA) para discutir políticas e ações visando amenizar o problema. O objetivo dessa edição do Fórum Internacional de Legisladores, promovido pela Organização Mundial de Legisladores para um Meio Ambiente Equilibrado (Globe International), é apresentar um pacote de propostas de longo prazo para combater as conseqüências das mudanças climáticas. Iniciado ontem, o encontro se encerra hoje.

O Senado brasileiro é representado no evento por Serys Shhessarenko (PT-MT). O fórum é paralelo ao encontro do chamado G8+5 (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos + Brasil, China, Índia, México e África do Sul), e reúne membros desses países. Em fevereiro, Brasília sediou o evento, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. O próximo encontro está marcado para junho, em Tóquio.



Serys Shhessarenko representa o Senado no encontro mundial

CAE debate divisão de royalties do petróleo

Audiência na Comissão de Assuntos Econômicos ganha importância após descoberta do que pode ser terceiro maior poço do mundo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje, a partir das 10h, audiência pública para debater os critérios técnicos de divisão dos royalties provenientes da exploração petrolífera no país. O encontro foi sugerido por Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da comissão, e Renato Casagrande (PSB-ES).

Foram convidados Eduardo Nunes, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Haroldo Lima, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); e Guilherme Estrella, diretor de exploração e produção da Petrobras.

A idéia da audiência surgiu durante debate com Eduardo Nunes, em março, sobre os índices de desenvolvimento econômico do país. Na ocasião, debateu-se o equilíbrio federativo na distribuição de recursos oriundos de royalties para combater desigualdades regionais.

Agora, o encontro ganhou ainda mais importância após declaração feita ontem por Haroldo Lima a respeito da descoberta pela Petrobras de um gigantesco poço de petróleo na bacia de Santos, possivelmente o terceiro maior do mundo. Em nota, a empresa não confirmou a informação (veja matéria ao lado).

Comissão examina projeto que beneficia municípios pobres

A Comissão de Assuntos Econômicos deve examinar hoje parecer favorável de Cícero Lucena (PSDB-PB) a projeto de Roseana Sarney (PMDB-MA) que reduz ou dispensa a contrapartida financeira nas chamadas transferências voluntárias da União destinadas a programas habitacionais de interesse social e saneamento básico.

O projeto (PLS 331/06) tem por objetivo beneficiar municípios com população inferior a 25 mil habitantes, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que apresentem indicadores sociais e econômicos abaixo da média nacional.

A CAE deve analisar ainda parecer favorável de Gilvam Borges (PMDB-AP) a projeto do Executivo (PLC



Plataforma semi-submersível da Petrobras: descoberta de novo poço gigante não foi confirmada

Na audiência com Eduardo Nunes, Mercadante manifestou interesse sobre o potencial econômico do poço de Tupi, na bacia de Santos, anunciado no ano passado e considerado o maior do país, mas que seria cinco vezes menor que o revelado ontem.

Os capixabas Gerson Camata (PMDB) e Renato Casagrande (PSB) manifestaram preocupação com a

definição dos limites geográficos dos estados em áreas marítimas.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que sua proposta de criar o Fundo Brasil Cidadania também leva em conta a divisão de royalties decorrentes da atividade mineral. Por sua vez, Osmar Dias (PDT-PR) demonstrou interesse na revisão dos critérios de divisão dos royalties.

▼ Petrobras ainda avalia tamanho da descoberta

A Petrobras, em comunicado distribuído ontem, não confirmou a descoberta de um poço gigante de petróleo no bloco Carioca, na bacia de Santos, que conteria até 33 bilhões de barris. A informação foi dada em caráter oficioso pelo diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Haroldo Lima, no 4º Seminário de Petróleo e Gás Natural, promovido pela Fundação Getúlio Vargas.

O poço seria cinco vezes maior que o já conhecido megacampo de Tupi, e o terceiro em escala mundial. Segundo a Petrobras, o consórcio formado para explorar o bloco, que inclui as empresas BG (inglesa) e Repsol YPF Brasil (argentina), encontra-se em processo de novas perfurações.

“Dados mais conclusivos sobre a potencialidade da descoberta somente serão conhecidos após a conclusão das demais fases do processo de avaliação, e serão informados oportunamente”, diz a nota.



Dois vezes presidente do Senado, ACM comandava a CCJ quando morreu

Casa homenageia Antonio Carlos Magalhães

Antonio Carlos Magalhães, que morreu em julho de 2007, será homenageado amanhã com diversos eventos no Senado. Às 13h, a foto do senador será afixada na Galeria de Presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na sala 3 da Ala Alexandre Costa. Ele exercia o cargo de presidente da Comissão de Justiça quando faleceu.

Às 18h30, será realizada a inauguração da Ala Senador Antonio Carlos Magalhães no edifício principal, 1º andar, Salão Azul do Senado.

ACM Júnior lança livro

No Salão Nobre do Senado, às 19h, haverá o coquetel de lançamento do livro que Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) escreveu dedicando ao pai, ACM – *Uma história de amor à Bahia e ao Brasil*. De acordo com a assessoria do parlamentar, essa publicação é a primeira de uma trilogia que registrará alguns momentos dos 50 anos de vida política do ex-senador.

Antonio Carlos Magalhães foi eleito senador pela Bahia em 1994 e exerceu o cargo de presidente da Casa duas vezes – nos períodos de 1997 a 1999 e de 2000 a 2001.

Em 2002, após renunciar ao mandato de senador no ano anterior, foi novamente eleito para o Senado. Na Bahia, exerceu os cargos de deputado estadual, deputado federal por três vezes e governador, também em três oportunidades.

Pauta da comissão de Agricultura inclui, dentre outras, proposta para reduzir informalidade no trabalho temporário em propriedades rurais

Projeto concede incentivo fiscal para aumentar consumo de leite

Os produtores de leite poderão ficar isentos do pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre rações e medicamentos animais, equipamentos, peças de reposição, instrumentos e outros produtos, conforme projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) na pauta da reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) de amanhã.

Alvaro Dias argumenta que o in-

centivo fiscal proposto no projeto (PLS 04/07) estimulará investimentos na pecuária leiteira, contribuindo para sua modernização. O senador destaca a importância do leite na alimentação e aponta a necessidade de adoção de melhorias tecnológicas que resultem na redução do preço e na ampliação do consumo.

O relator do projeto, senador Expedito Júnior (PR-RO), sugere

a ampliação do incentivo fiscal, com eliminação da cobrança do PIS/Pasep e da Cofins.

A CRA deve analisar outros seis projetos como o PLS 171/04, do ex-senador Ramez Tebet, que inclui a mão-de-obra rural, presente em 88,81% das propriedades, nas normas que regulamentam o trabalho temporário. A matéria tem apoio da relatora, senadora Kátia Abreu (DEM-TO).



Assessoria de Comunicação/Incooper

Comissão vai analisar proposta de Alvaro Dias que pede isenção do IPI sobre produtos e equipamentos utilizados na produção de leite

Proposta exige licitação antes de governo contratar ONG

Com o objetivo de tornar obrigatória a licitação nos convênios entre o governo e entidades sem fins lucrativos como organizações não-governamentais (ONGs), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa o projeto de lei (PLS 624/07) que altera as normas para licitações e contratos da administração pública (Lei 8.666/93). Esse é um dos 19 itens da pauta da reunião, amanhã, às 10h.

O autor da matéria, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), critica o governo Lula por irregularidades no repasse de recursos para ONGs vinculadas ao PT.

Jereissati lamenta a escolha, nos últimos anos, por critérios não-republicanos, favorecendo instituições ligadas por laços ideológicos ou pessoais às autoridades do Executivo, mesmo quando outras entidades do terceiro setor, dispostas a realizar parcerias com o Estado, apresentam maior reputação, capacidade técnica e eficiência.

Avaliação de professor da educação básica gera debate

A audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) vai discutir, amanhã, às 10h, projeto do ex-senador Wilson Matos que institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (Enameb), relatado pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

O tema será debatido pelo autor da proposição (PLS 403/07), que é reitor do Centro Universitário de Maringá; pela vice-presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação e secretária de Educação do Rio Grande do Sul, Mariza Abreu; pela presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Justina Iva de Araújo Silva; e pela secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Juçara Dutra Vieira.

Conforme a proposta, o Enameb será realizado a cada cinco anos para avaliar os professores da educação básica do ensino público.

Dia Mundial da Voz traz cantora lírica para recital no Senado

Em comemoração ao Dia Mundial da Voz – 16 de abril –, a cantora lírica Denise Tavares fará recital na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, amanhã, às 18h30.

O evento é uma iniciativa do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) em apoio à Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa) que, em todo o país, está orientando a população sobre os cuidados que se deve ter para manter uma voz saudável. A entidade dos fonoaudiólogos, juntamente com escolas de música e outras entidades, promove a campanha “Seja amigo da sua voz!”.

A campanha tem o objetivo de alertar a população para as ações educativas voltadas para a conscientização vocal e suas implicações na comunicação, na saúde e na cultura, de acordo com a SBFa. O apelo da entidade é dirigido especialmente a professores, atores, locutores, advogados, cantores e jornalistas.

Segundo a SBFa, pesquisa realizada com professores da rede pública do município de São Paulo mostrou que 60% deles apresentam alterações de voz, como rouquidão, perda da voz, pigarro e cansaço para falar. Essas alterações estão, muitas vezes, relacionadas ao trabalho, com constantes afastamentos e licenças, o que acarreta importante impacto social, econômico, profissional e pessoal.

Denise Tavares

Soprano, Denise Tavares foi Hors Concours no 2º Concurso Internacional Honorina Barra, realizado em Curitiba, em 1998, e obteve o 1º lugar na categoria Master no 7º Concurso Internacional de Canto Lírico, em São Luís, em 2003.

Denise Tavares também ganhou o 1º Prêmio Revelação da Academia Italiana em Londres, por sua especialização no bel canto, em 1991. Ela é pós-graduada pela Opera School do Royal College of Music em Londres, no grau de Mestre. A cantora atuou como solista de Don Giovanni, de Mozart, e da Missa em Dó e da Nona Sinfonia de Beethoven, entre outras peças.

A água vale ouro

Uma campanha do Jornal do Senado

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso a água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.

Fonte: Phuma e Instituto Akatu



Diminua o tempo do banho



Elimine os vazamentos



Não deixe a torneira pingando



Use a vassoura, e não a mangueira, para limpeza



Instale torneiras com sensores automáticos



Use uma bacia para lavar louça



Escove os dentes com a torneira fechada

Inácio Arruda quer debater as “doenças negligenciadas”, que atingem milhões de pessoas em todo o mundo mas não dispõem de tratamento adequado

Comissão vota amanhã pedido de audiência pública sobre a dengue

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se amanhã, a partir das 11h, para votar requerimento de debate sobre doenças tropicais infecciosas, como a dengue. O pedido de audiência pública, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), propõe um debate sobre as “doenças negligenciadas”, que afetam milha-



Militar do Exército participa, no Distrito Federal, de ação de combate à doença

res de pessoas em todo o mundo, mas que não dispõem de tratamentos eficazes ou adequados. De acordo com a entidade Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi), que deverá ter um representante na reunião, trata-se, em sua maioria, de “doenças tropicais infecciosas que afetam principalmente pessoas pobres, a exemplo da leishmaniose, da doença do sono, da malária e da doença de Chagas, que geram um impacto devastador sobre a Humanidade”.

O senador propõe para esse debate a presença do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e de representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(Anvisa), da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Na justificativa, Inácio Arruda argumenta que a DNDi sugere ações efetivas contra as “doenças negligenciadas”, entre as quais o senador inclui a dengue, cujo recrudescimento no Brasil vem causando uma epidemia, com morte de 68 pessoas somente no estado do Rio de Janeiro.

Inácio Arruda explica que a audiência destina-se a examinar e propor providências para debelar essa epidemia, bem como para afastar o risco de novas epidemias de qualquer uma dessas doenças tropicais, que são endêmicas em várias regiões do Brasil.

Na reunião de amanhã, também poderá ser votado projeto do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que restabelece a possibilidade de compensar débitos relativos a imposto ou contribuição federal por créditos referentes a outros tributos (PLS 699/07).

Essa opção foi extinta com a criação da Super-Receita, que unificou a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria de Receita Previdenciária. O projeto altera norma legal que dispõe sobre a administração tributária (Lei 11.457/07).

Em sua justificativa, Renato Casagrande argumenta que a vedação não se justifica justamente porque unificou-se a administração dos tributos federais. Ele lembra que empresas exportadoras, que acumulam créditos relativos a impostos e contribuições, os usavam para pagar débitos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o que ficou proibido. A proposta é relatada pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Sarney quer volta da Sucam para melhorar o combate a epidemias

O senador José Sarney (PMDB-AP) defendeu ontem a volta da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), órgão incorporado, em 1990, à Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Ele avalia que, ao tempo da Sucam e do seu “exército de mata-mosquitos”, o controle de endemias e epidemias era mais bem executado no país.

– Pode ser até um tipo de romantismo da minha parte, mas aquilo deu bons resultados. Temos que pensar em medidas consagradas, como uma campanha nacional de saneamento – disse, recordando a “vitória transitória” sobre a dengue entre 1986 e 1987, durante sua gestão como presidente da República.

José Sarney lembrou que, em 1955, a dengue foi considerada nacionalmente extinta, reaparecendo no Pará, em 1967, e no Rio de Janeiro, em 1977. Após a extinção da Sucam, os casos de dengue subiram de 100 mil, em 1990, para 360 mil, em 1998, e para 430 mil em 2007.

O senador também enfatizou o baixo custo do sistema dos mata-mosquitos, vários deles demitidos pela Funasa por terem sido contratados sem concurso público. O ex-presidente da República ponderou que não se podem dispensar os recursos mais atualizados de combate aos mosquitos transmissores de doenças como a dengue e a malária.



José Sarney sugere “campanha nacional de saneamento contra a dengue”

José Sarney avalia que a epidemia de dengue no Rio de Janeiro não apresenta o mesmo quadro existente no início do século 20, quando o presidente Rodrigues Alves determinou ao sanitarista Oswaldo Cruz que adotasse medidas para eliminar os focos de doenças na então capital da República. De todo modo, acredita que “há muitas coisas simples que podem ser feitas”.

Mão Santa elogia resposta de Marina a pedido de informações

Na presidência da sessão de ontem, Mão Santa (PMDB-PI) informou ter recebido resposta da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a requerimento de sua autoria no qual pedia informações sobre “as ações predatórias ao meio ambiente promovidas pela empresa JB Carbon” no projeto Energia Verde na Serra Vermelha. A área, de 114 mil hectares, se localiza no sul do Piauí. De acordo com o senador, várias organizações não-governamentais já denunciaram ações de agressão ao meio ambiente nesse projeto de produção de carvão.

No ofício, a ministra informa que o projeto foi suspenso até que sejam realizados estudos de impacto ambiental. Marina também adianta que o ministério realizou

estudo na região e está sugerindo a criação de “uma unidade de conservação de proteção integral” a ser denominada Parque Nacional da Serra Vermelha. O objetivo seria “preservar os recursos naturais, conservar a biodiversidade e promover a visitação pública e o ecoturismo como forma de favorecer o desenvolvimento regional em base sustentável”.

– A ministra é muito competente e dedicada. Quero agradecer a maneira como ela sempre se comportou. A ministra Marina Silva é uma extraordinária representante da mulher na política. Em nome do Piauí, nós agradecemos – declarou Mão Santa.

Depois, Sibá Machado (PT-AC) disse que transmitiria à ministra o agradecimento de Mão Santa.



Presidida por Marconi Perillo (D), CI deve reunir-se hoje a partir das 14h

Infra-Estrutura analisa indicação para o cargo de diretor da ANTT

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) examina hoje, às 14h, mensagem da Presidência da República com a indicação de Mário Rodrigues Júnior para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O relator da matéria, senador Expedito Júnior (PR-RO), disse que há condições para deliberação em face do histórico do indicado, que é engenheiro, com pós-graduação em Engenharia de Transportes pela Universidade de

São Paulo (USP).

O colegiado deve deliberar também sobre projeto do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que acrescenta dispositivo ao Código Brasileiro de Aeronáutica para determinar que os responsáveis por edificações situadas em áreas próximas a aeródromos e helipontos sejam obrigados a instalar, operar e manter equipamentos de sinalização e balizamento aéreos, de acordo com planos de zona de proteção.

Ministro da Ciência e Tecnologia falará quinta-feira à CCT

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza audiência pública na quinta-feira para ouvir esclarecimentos do ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, sobre o plano de ação do setor no período de 2007-2010. A reunião foi requerida

pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES).

O principal objetivo do plano é a definição de um amplo leque de iniciativas, ações e programas que possibilitem tornar mais decisivo o papel desses setores no desenvolvimento sustentável do país. Várias das iniciativas previstas são voltadas para estimular as empresas a incorporarem as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no seu processo produtivo.



Paulo Paim lembra empenho da entidade diante de problemas como o desemprego

Paim exalta ação da OIT ao longo de 89 anos de atividade

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou da tribuna o papel desempenhado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde sua fundação, em 1919. Única entidade das Nações Unidas com estrutura tripartite (estão representados governos, trabalhadores e empregadores), a OIT tem atuado de forma perseverante, segundo assinalou, para enfrentar graves problemas como o desemprego.

– O mundo sindical tem na OIT um suporte para a sua ação e seu ponto de contato chave no plano internacional – comentou.

De acordo com Paim, a organização tem tido uma importância estratégica no que diz respeito à humanização das relações trabalhistas, lutando para que os esforços das nações que tentam avançar nesse setor não sejam prejudicados pelos países que insistem em se omitir. A OIT, observou ainda, adotou como fundamento de suas lutas o princípio segundo o qual a paz universal e permanente só pode se basear na justiça social.

Aposentados

Paim também defendeu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, dos projetos de lei que elevam o valor dos benefícios da Previdência Social. O senador mencionou ainda decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinando que a Amil voltasse atrás em reajuste de 185% no plano de saúde de uma aposentada de 60 anos.

Senador comenta estudo que lista burocracia, falta de investimento em infra-estrutura, baixa escolaridade e elevada carga tributária como impedimentos ao desenvolvimento

Alvaro: corrupção e imposto elevado travam crescimento

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a corrupção precisa ser considerada como um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento do país. A avaliação foi feita após comentário sobre recente estudo da consultoria Macroplan, que enumera os principais entraves ao crescimento brasileiro.

– Creio que falta um item fundamental: a corrupção. Não há dúvida de que a corrupção é, ao lado da carga tributária exorbitante, o entrave maior ao crescimento econômico – considerou.

De acordo com o estudo, os principais entraves ao desenvolvimento são a excessiva burocracia, que prejudica o ambiente de negócios e inibe o empreendedorismo; os baixos níveis de escolaridade,



Muitos vêem corrupção como inevitável, lamenta Alvaro Dias

que limitam a produtividade; pouco investimento em infra-estrutura, limitando a eficiência dos transportes e a oferta de energia; e a elevada carga tributária, combinada com expansão e má qualidade do gasto público.

Alvaro Dias acrescentou que

a corrupção e a carga tributária também contribuem para que o Brasil cresça menos que outros países emergentes e receba menos investimentos externos.

– Lastimavelmente, muitos dos que governam assimilaram a corrupção, consideram-na inevitável. Preferem a omissão

e se tornam cúmplices dela. Isso produz rombos enormes nos cofres públicos, refletindo na ausência de investimentos essenciais, sobretudo em obras estruturantes, que significam a preparação do país para um crescimento maior no futuro – argumentou.

Carga tributária

Carga tributária é a proporção entre a quantidade de riqueza produzida no país e o que o governo arrecada em impostos. Em **2007**, os **R\$ 923 bilhões** arrecadados pelos governos federal, estaduais e municipais equivaleram a **36,08%** do produto interno bruto (PIB), que é a soma das riquezas produzidas no país. No ano passado, cada brasileiro pagou em média **R\$ 4.943,15** de tributos

Fonte: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT)



Corrupção no Brasil

Pesquisa mostra que **metade** das empresas consultadas já sofreu algum tipo de pressão para pagar subornos. A corrupção consumiria até **10%** da receita anual dessas empresas. A maior parte do dinheiro vai parar nas mãos de fiscais para relaxar fiscalizações e inspeções

Fonte: Transparência Brasil

Jucá saúda a suspensão de retirada em Roraima

Romero Jucá (PMDB-RR) saudou decisão do Supremo Tribunal Federal suspendendo operação da Polícia Federal para a retirada dos não-índios da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Segundo o parlamentar, a iniciativa poderá favorecer um entendimento na região.

– Há dez anos que apresen-

to proposta para construir um entendimento entre as partes envolvidas. Defendi a demarcação da reserva em área contínua desde que houvesse exclusão de pequenas áreas. Sempre defendi a demarcação em área contínua porque entendia que politicamente não havia outro caminho – explicou.

Entre as áreas que Romero Jucá sugere que sejam excluídas estão o Vale do Arroz; o local de construção da hidrelétrica de Cottingo, que também não é habitada por comunidade indígena; o lago de Caracaranã, ponto estratégico para o turismo; e a vila do Surumu, a primeira surgida no exterritório federal de Roraima.



Mário Couto diz que, por ser obra do PSDB, governo do PT ainda não abriu instituição

Mário Couto reclama abertura de hospital em Santarém

Mário Couto (PSDB-PA) protestou em Plenário contra demora na entrega à população do Hospital Regional Público do Oeste, localizado na cidade de Santarém. Segundo informou, o hospital foi inaugurado no final de 2006 pelo então governador Simão Jatene (PSDB), mas ainda não recebeu autorização para funcionamento pelo governo de Ana Júlia Carepa (PT), que não teria entre suas prioridades dar andamento a obras deixadas pela administração anterior.

– Sabem por que [o hospital] não funciona? Pasmem, brasileiras e brasileiros, pasmem, santarenas e santarenos: não funciona porque foi construído por um governador do PSDB – afirmou o senador, exigindo fotos do setor de pediatria do hospital.

Mário Couto prometeu voltar a Santarém para participar de protestos na cidade, caso a prefeita Maria do Carmo (PT) não providencie a liberação do hospital dentro de 15 dias. O parlamentar disse que, amanhã, vários vereadores do município deverão ocupar as galerias do Plenário do Senado para reivindicar a abertura da unidade hospitalar.

Reajuste a inativos

O representante do Pará comemorou ainda a aprovação pelo Senado, na semana passada, de projeto de lei que visa estender a todos os aposentados e pensionistas do regime da Previdência Social o reajuste dado ao salário mínimo.

Fátima Cleide propõe mais diálogo para solucionar problemas educacionais

Ao registrar a realização nesta semana, em Brasília, da 1ª Conferência Nacional da Educação Básica (Coneb), a senadora Fátima Cleide (PT-RO) defendeu a criação de fóruns de debate específicos visando buscar soluções para os problemas do sistema educacional brasileiro.

Fátima Cleide ressaltou o empenho do governo federal em resolver as dificuldades enfrentadas pelo setor por meio da implementação do regime de colaboração previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

– A solução dos problemas

estruturais da educação nacional só poderá surgir como resultado do diálogo entre o presidente, os governadores e os prefeitos, para o pleno cumprimento de seus deveres em suas esferas de atuação – afirmou.

Como exemplo de resultado da participação da sociedade

na melhoria do sistema educacional, Fátima Cleide citou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), elaborado pelo governo e pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).



Fátima Cleide ressaltou o empenho do governo pela implementação da LDB

Para senador, cultura dispõe de tecnologia nacional, é barata, tem alta produtividade e pode compatibilizar interesses ambientais, econômicos e sociais por meio da agricultura familiar

João Pedro sugere plantio de dendê em terras degradadas da Amazônia

O senador João Pedro (PT-AM) destacou o desenvolvimento de projeto piloto de cultivo de dendê para recuperar terras amazônicas degradadas e improdutivas. De acordo com o parlamentar, essas terras somam 200 milhões de hectares, área correspondente ao estado do Paraná. A experiência foi apresentada em reunião no Centro de Excelência em Estudos Ambientais da Petrobras (Ceeap), em Manaus, no último fim de semana.

– Existe tecnologia nacional, pronta para ser aplicada, compatibilizando interesses ambientais, econômicos e sociais. A iniciativa deve priorizar a agricultura familiar para que se cumpra a finalidade social e se corrijam distorções de modelos excludentes – argumentou.

João Pedro disse que o plantio do dendê é adequado à agricultura familiar porque tem alta produtividade – de quatro a seis toneladas por hectare, a cada ano –, necessita de baixa mecanização e tem baixo custo de produção: de US\$ 200 a US\$ 280 por tonelada.

Na sua avaliação, o projeto é a chance de mostrar ao mundo “os novos caminhos que conduzem a Amazônia a um padrão de desenvolvimento com



Com o dendê, Amazônia poderá ter padrão de desenvolvimento sustentável, diz João Pedro

inclusão social e uso adequado do patrimônio natural”. Ele acrescentou que as áreas a serem plantadas foram degradadas por “projetos equivocados, como os relacionados à pecuária intensiva, na década de 70”.

O parlamentar enfatizou ainda que a Embrapa da Amazônia Ocidental possui um dos maiores bancos de sementes de dendê do mundo, com capacidade para produzir até 1 mi-



Leopoldo Silva

lhão de mudas por ano, a maior parte hoje vendida para a Colômbia. Já a Petrobras assegura a compra de toda a produção de biodiesel de dendê, desde que atenda às exigências de controle ambiental preconizadas pela estatal.

Sibá lê nota que contesta críticas a biocombustíveis



Para Sibá, campanha contra o etanol é “esperteza comercial”

O vice-presidente da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, senador Sibá Machado (PT-AC), leu nota do presidente do colegiado, senador João Tenório (PSDB-AL), contestando declarações do relator da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o direito à alimentação, Jean Ziegler, para quem a utilização de terras agricultáveis para a produção de biocombustíveis é “crime contra a Humanidade”, por seu impacto nos preços mundiais dos alimentos.

De acordo com a nota, é injustificável “a onda contra a produção de biocombustíveis, principalmente de etanol”. A guerra entre alimentos e combustíveis, disse João Tenório, é “irreal”. O presidente da subcomissão – vinculada à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) – endossou afirmação do presidente Lula considerando que o aumento dos preços dos alimentos advém da maior demanda decorrente da diminuição da pobreza.

A nota contesta ainda a acusação de que o etanol seria uma ameaça à preservação da Amazônia. Para João Tenório, o risco é inexistente, uma vez que o clima da região não é apropriado para a produção de cana-de-açúcar.

Papaléo defende importância do Parlamento Amazônico



Papaléo entende que órgão pode discutir soberania nacional

Papaléo Paes (PSDB-AP) registrou a realização, na semana passada, do 6º Encontro do Parlamento Amazônico Brasileiro, em Macapá (AP). Além de enfatizar a importância estratégica do organismo, sugeriu que a Amazônia seja tratada como uma questão “mais nacional que continental”, já que 85% da floresta estão em território brasileiro. O senador lembrou que o Parlamento Amazônico Brasileiro foi criado em 2003 e é constituído por deputados estaduais dos estados da chamada Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima, Tocantins e Rondônia). Papaléo disse existirem outras instâncias sul-americanas para a discussão das questões amazônicas – como o Parlamento Amazônico (Parlamaz) e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). No entanto, não contemplariam “todas as nuances da questão amazônica” de interesse do Brasil, como soberania e defesa nacional. Pesaria ainda o fato de tais organismos não estarem consolidados, analisou.

Papaléo Paes informou que o Parlamaz foi criado na década de 1980, mas que desde 2001 está esvaziado. Já a OTCA foi criada em 2003.

Mesquita Júnior sai da presidência de parlamento

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) anunciou ontem que renunciará à presidência da representação brasileira no Parlamento do Mercosul, em protesto “pelo descaso e pela falta de respeito” de ministros brasileiros em relação ao organismo legislativo. Segundo informou, quatro ministros foram convidados, desde o ano passado, a debater com os nove deputados e nove senadores brasileiros do parlamento, mas, até agora, nenhum sequer deu resposta.

– É uma contradição. O presidente Lula tem dado todo o apoio ao Mercosul, promovendo o seu fortalecimento, mas seus ministros respondem com o silêncio quando são convidados a discutir assuntos com os parlamentares do bloco. São temas de interesse da integração regional – disse.

Já foram convidados os ministros da Educação, Fernando Haddad; da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende; da Cultura, Gil-



Leopoldo Silva

Falta respeito ao Parlamento do Mercosul, alega Mesquita Júnior

berto Gil; e do Esporte, Orlando Silva. O convite para Fernando Haddad foi apresentado em agosto de 2007 pelo deputado Doutor Rosinha (PT-PR), que pretende conhecer os planos da pasta em favor da integração regional e de redução do analfabetismo.

Mesquita Júnior entende que o Parlamento do Mercosul, com sede em Montevidéu, no Uruguai, já deveria estar atuando “com mais intensidade”. E também ter se reunido assim que teve início o conflito diplomático Equador-Colômbia-Venezuela, devido ao ataque militar colombiano a bases das Farc em território equatoriano.

O senador adiantou que continuará a integrar o Parlamento do Mercosul.

Mão Santa lembra os 48 anos de Brasília



Leopoldo Silva

Mão Santa (PMDB-PI) fez, em Plenário, homenagem a Brasília, que completa 48 anos em 21 de abril. Ao falar da capital federal, o senador comentou o movimento dos estudantes da Universidade de Brasília (UnB), que resultou na renúncia do reitor Timothy Mulholland, investigado pela compra de mobiliário de alto padrão para decorar seu apartamento funcional.

– Essa mocidade deu o melhor presente para os 48 anos de Brasília – avaliou.

Mão Santa reafirmou sua “fé” nos jovens estudantes brasileiros, em sua capacidade de reação e em seu poder de engajamento político.

Ao homenagear a cidade, o peemedebista estendeu seu reconhecimento ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, lembrado pelo feito de ter construído

Mão Santa ressalta a presença dos piauienses na capital federal

a capital em apenas mil dias. Mão Santa assinalou ainda a forte presença dos piauienses no Distrito Federal, os quais “fazem a grandeza dessa cidade”.

– Deus fez o mundo, e essa Brasília aqui foi Juscelino e [o ex-governador Joaquim] Roriz.

Em aparte, o senador Adelmir Santana (DEM-DF) também saudou a memória de JK e o trabalho do governador da capital, José Roberto Arruda. Ele destacou a realização, nos próximos dias, de sessão no Senado em comemoração aos 48 anos da cidade.